

O TRABALHO DE CAMPO E O OLHAR SOBRE A PAISAGEM DO VALE DO JEQUITINHONHA

Msc. Janete Regina de Oliveira
UNIBH - Brazil

Msc. Patrícia de Sá Machado
UNIBH - Brazil

Apresentação

O presente artigo tem como proposta discorrer sobre o conceito de paisagem a partir de um enfoque tomado como essencial: o *olhar* (a observação). O olhar, como instrumento de leitura, pode ser compreendido como a ação do observador e o *ato de olhar* desempenha papel fundamental na interpretação da paisagem. Para a interpretação da paisagem utilizou-se de forma privilegiada a tradição descritiva da geografia, concretizada através do trabalho de campo para desvendar significados da paisagem do Vale do Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais.

A paisagem

A geografia, realizada no final do século XIX e início do século XX, basicamente empírica, centrava sua análise na observação das diferentes porções da Terra: as diferentes paisagens do globo. Nesse momento da história da produção do conhecimento geográfico, os procedimentos metodológicos utilizados são, basicamente, a observação e a descrição. Somente é possível descrever aquilo que está no campo sensorial; aquilo que se percebe de alguma forma, seja através das lentes biológicas ou das lentes artificiais.¹

A paisagem privilegiada na análise clássica da geografia é constituída pelos aspectos do quadro natural, em que o homem é um mero elemento. Gabriel Rougerie, que resgata as idéias dos clássicos, utiliza as palavras de J. Dresch (1967), para justificar sua abordagem centrada nos aspectos físicos na *Geografia das Paisagens*: “[...] somente o estudo da paisagem natural autoriza o de sua transformação pelo homem e o exame de uma explicação total” (DRESCH *apud* ROUGERIE, 1971, p. 11). O geógrafo francês, em outra passagem de sua obra, afirma que “[...] o estudo sócio-econômico dos agrupamentos humanos é uma visão essencialmente geográfica, mas também dificilmente redutível à noção de paisagem” (ROUGERIE, 1971, p. 9).

¹ As referidas lentes artificiais dizem respeito aos recursos tecnológicos utilizados ao longo da história da humanidade que permitem uma ampliação do olhar, como o microscópio, o binóculo, os óculos, os recursos midiáticos etc.

A separação entre o homem e natureza é característica marcante dessa abordagem geográfica e contrasta com a perspectiva apontada por Milton Santos, para quem a paisagem é composta de formas resultantes da relação entre sociedade/natureza ao longo da história do homem. O esforço teórico de Milton Santos em definir a paisagem destoa, ainda, da forma de apreensão do mundo observada nos autores clássicos, tomados como os sistematizadores da disciplina geográfica: Humboldt e Ritter. A paisagem era, para eles, a base para suas observações, descrições e análises, enfim, para a elaboração do conhecimento sobre as diferentes porções do planeta. Contudo, os autores clássicos não puderam construir um discurso no sentido de teorizar sobre essa categoria. Seus estudos centravam-se nas formas manifestadas no espaço, objetivando a sua descrição. Por isso, as críticas direcionadas a Humboldt e Ritter, como também a Paul Vidal de La Blache, contêm o seguinte teor: não ultrapassaram a descrição do que está aparente — como se desconsiderasse a possibilidade de um saber escondido por trás do visível.

Torna-se clara a idéia que se tinha acerca do conhecimento geográfico, produzido a partir da descrição do espaço, portanto, da paisagem, compreendida como a categoria que guardava a manifestação *visível* das formas.

A paisagem pode ser compreendida como um recorte teórico, referendado como categoria analítica, que serve como um caminho possível para a aproximação do objeto que se pretende analisar. Cássio Hissa (2001, p. 52) afirma que a categoria é “[...] um instrumento construído pelo sujeito que se põe em contato com o mundo em observação” ou, ainda, que “[...] a proposição de categorias é uma leitura das coisas que se manifesta a partir das relações que se estabelecem entre o leitor e o mundo sob leitura” (HISSA, 2001, p. 53).

Considerando tal assertiva, podem-se tomar as categorias, então, como características do objeto sob análise, sendo essas constituídas a partir de referenciais (subjetivos) do sujeito que investiga. Assim, se as categorias carregam características do objeto sob análise — definidas pelo observador —, quando se refere ao espaço, nessas circunstâncias, afirma-se que se pode vê-lo ou analisá-lo a partir da perspectiva da visibilidade de seus objetos que marcam a paisagem.

Pode-se dizer que a paisagem manifesta as formas resultantes da relação entre os homens e a natureza. Essas formas são produzidas historicamente. Muitas delas são visíveis e se encontram na paisagem. Sobre o conceito, observa Milton Santos:

[...] a paisagem deve ser pensada paralelamente às condições políticas, econômicas e também culturais. Desvendar essa dinâmica social é fundamental, as paisagens nos restituem todo um cabedal histórico de técnicas, cuja era, revela, mas ela não mostra todos os dados, que nem sempre são visíveis (SANTOS, 1997, p. 69).

O Trabalho de Campo e a Paisagem no Pensamento Geográfico

O trabalho de campo pode ser compreendido como uma atividade de pesquisa empírica, utilizada na coleta de dados primários. Conforme Hissa e Oliveira, 2003:

Pensa-se o trabalho de campo como um movimento de busca do conhecimento empírico do mundo. A referida prática envolve a observação e a descrição, ou seja, a aproximação ao conhecimento dos fenômenos sob investigação a partir, também, dos sentidos e das sensações. A apreensão da realidade ocorre, nesse sentido, a partir do olhar. Ir ao campo para descrever é como ir ao mundo para descrevê-lo (HISSA e OLIVEIRA, 2003, p. 714).

O trabalho de campo não prescinde de um referencial teórico através do qual o objeto de investigação adquire fundamento. Minayo (2001, p. 56) afirma que “[...] a teoria informa o significado dinâmico daquilo que ocorre e que buscamos captar no espaço em estudo”. Portanto, é a partir da referência teórica que a posterior reflexão torna-se possível. O conhecimento começa antes mesmo do olhar, a partir do referencial que o observador traz consigo.

Nos estudos que abordam a prática de determinados trabalhos de campo, dois elementos ganham relevância: o olhar (a observação), como instrumento de leitura, e a paisagem, como categoria de análise privilegiada por essa forma de apreensão do conhecimento. Segundo Hissa, 2002:

[...] o olhar nunca é o primeiro momento, senão como uma apreensão jamais alcançada. O que vêem os observadores não é determinado pelas imagens sobre suas retinas, mas depende também da experiência, expectativas e estado interior do observador (HISSA, 2002, p. 181).

O trabalho de campo, a partir do século XIX, atua como elemento importante na definição da disciplina geográfica. Não que essa prática tivesse surgido nesse período. Entretanto, a nova ciência, marcadamente influenciada pelo positivismo clássico, desenvolvia seus estudos a partir do empirismo. A razão e a crença de que todo o conhecimento dar-se-ia através da observação e da experimentação determinavam os rumos da produção científica desde então.

Com Alexander von Humbolt, Karl Ritter e Paul Vidal de La Blache, a observação empírica da realidade ganha destaque. Alexander von Humboldt pretendia realizar uma ciência de síntese, em que a observação racional é o método de investigação que se destacava. Já Karl Ritter foi fortemente influenciado pelas idéias de Pestalozzi — intelectual que tem grande importância nos debates educacionais na passagem do século XIX para o século XX. Segundo Antonio Carlos Robert de Moraes,

Para Pestalozzi, o concreto é a base de todo o conhecimento e, assim, o aprendizado deve buscar seu material no próprio meio que envolve o aluno; dessa forma, a contemplação e a representação da paisagem seriam os procedimentos fundamentais no processo pedagógico (MORAES, 2002, p. 140).

Por isso, a busca pelo conhecimento, tanto do ponto de vista científico como do ponto de vista pedagógico, deveria privilegiar o contato direto com o objeto sob investigação. Antonio Carlos Robert Moraes (2002, p. 164) afirma que, para Karl Ritter, a Terra é o palco dos acontecimentos naturais, com ou sem a presença do homem. Nessa perspectiva, Ritter acreditava que as leis que regem a natureza devem ser compreendidas através das formas visíveis sobre a superfície terrestre.

Assim, o olhar clássico e a realização do trabalho de campo — que fundamenta as descrições — como forma primeira e essencial da construção do conhecimento, ao mesmo tempo em que é resultado de um momento histórico, em que predominam a racionalidade e a objetividade como referência da produção do saber científico, deixa sua marca de forma inequívoca nos momentos seguintes da produção do saber geográfico.

O trabalho de campo, nos moldes realizados pelos geógrafos do século XIX e início do século XX, começa a ser rechaçado, pois, segundo os defensores da Nova Geografia, aquela descrição, originária do positivismo clássico, não era científica por assumir um caráter subjetivo. Um desses exemplos de crítica à tradição e de enaltecimento à Nova Geografia pode ser verificado na afirmação de David Harvey, em sua obra *Explanation in Geography*, citado por Paulo César da Costa Gomes:

A propósito da descrição, Harvey acreditava, também que é necessário que ela seja realista e racional [...] a descrição científica formal está na base da explicação. [...] Se a geografia tradicional jamais chegou à explicação, foi em parte, porque ela adotou um modelo de descrição que não corresponde aos critérios da ciência moderna e teórica (GOMES, 2000, p. 260).

Pode-se dizer que os neopositivistas sonharam com uma *geografia de laboratório*, baseada em modelos matemáticos, que, supostamente, dispensavam as saídas até as regiões estudadas. No máximo, ia-se a campo para a verificação de resultados obtidos a partir da aplicação de modelos. Acreditava-se que a ciência deveria ser neutra e tal neutralidade só poderia ser encontrada através dos métodos matemáticos que conferiam veracidade e objetividade aos resultados.

Trata-se de um olhar moderno, assumidamente racionalista, pautado na filosofia cartesiana, em que todo objeto é passível de manipulação e de medição (ROUANET, 1988, p. 127). A Nova Geografia, tal como se organiza, enquanto crítica às estruturas ditas tradicionais, como corrente do pensamento disciplinar que adota modelos matemáticos na busca pela objetividade, alinha-se com os movimentos científicos modernos e pragmáticos. Trata-se de se desenvolver, na geografia, o *olhar moderno* que assume as referências do racionalismo cartesiano, postulando que o objeto deverá ser passível de manipulação e de mensuração estatística (ROUANET, 1988).

No paradigma crítico, o olhar é fruto da perspectiva apontada por Marx, em que a falsa consciência e a ideologia nada mais são do que o reflexo de uma incompetência cognitiva e de representações distorcidas que foram socialmente condicionadas.

Habermas aponta a ação comunicativa – em que o diálogo aberto entre os sujeitos deve ser promovido para que se chegue ao conhecimento livre de restrições políticas, sociais, culturais, entre outras – como caminho para a resolução desse entrave (ROUANET, 1988, p. 139). Por isso, os trabalhos de campo realizados sob esse paradigma pressupõem uma tomada de posição em relação à divisão entre detentores do poder e excluídos. A paisagem, nessa perspectiva, não é apenas o real que se manifesta perante o olhar do observador. Ela incorpora as tensões sociais e as escolhas econômicas hegemônicas que conformaram, historicamente, o espaço geográfico.

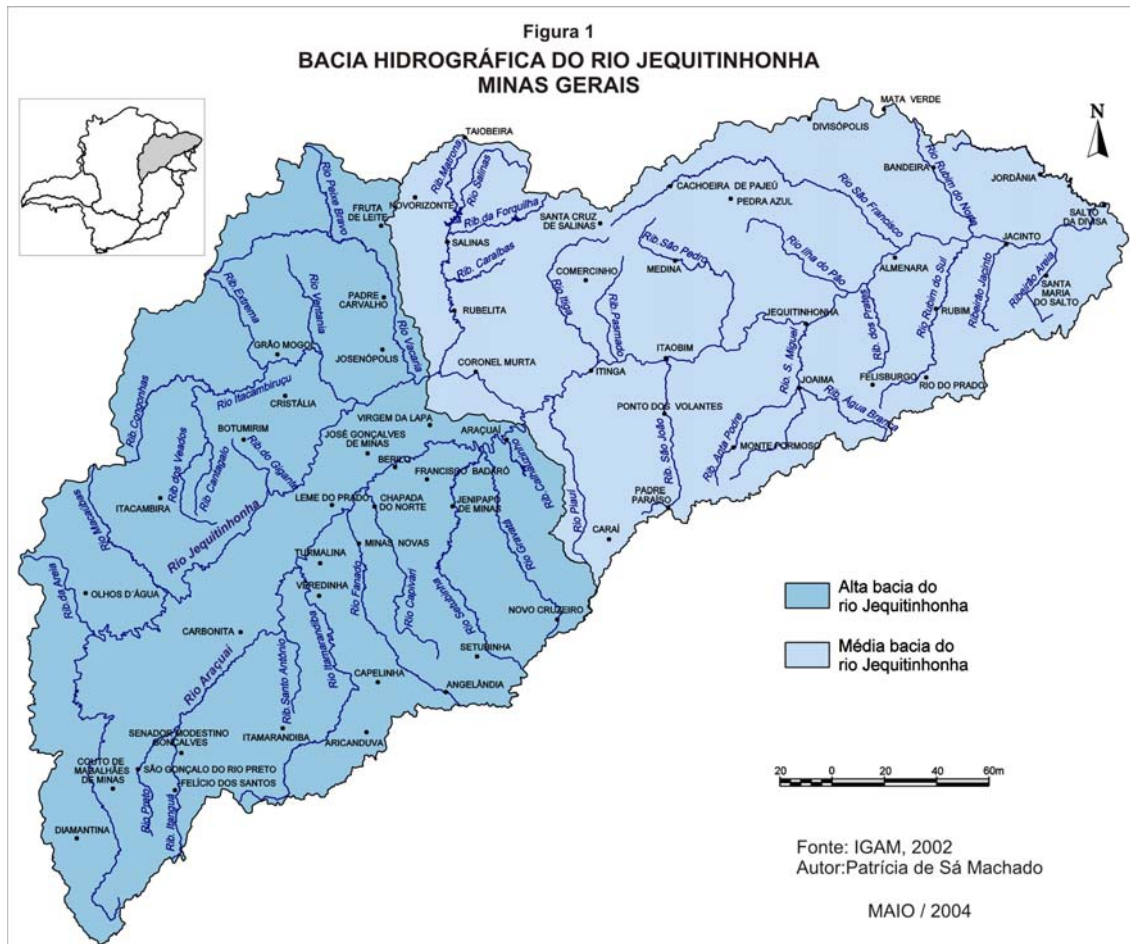
Alguns autores apontam o surgimento, no final dos anos 60 e 70 do século XX, de uma corrente denominada de Geografia Humanística, sob a qual estariam as novas tendências que procuram negar a excessiva valorização das técnicas matemáticas que marcam a geografia nos anos anteriores. Paulo César da Costa Gomes (2000, p. 305) afirma que o movimento humanista na geografia é marcado pela multiplicidade de referências, tendo, contudo, como aspecto comum, a crítica à “[...] forma e conteúdo da ciência geográfica praticada até os anos setenta [...]”, que seriam inadequadas e insuficientes. A fenomenologia é o referencial filosófico dessa corrente de pensamento, assim denominada porque “[...] procura compreender e interpretar as ações humanas com relação aos seus sentimentos e entendimentos do espaço levando em conta, até mesmo, como a simbologia e o significado dos lugares podem afetar a organização espacial” (ZANATTA, 1996, p. 31). Dessa forma, o espaço vivido e o lugar são as categorias que mais importância apresentam nessa abordagem. Trata-se de um olhar que busca resgatar o homem como referência para as diversas investigações, apoiadas, principalmente, na idéia de subjetividade inerente a qualquer processo de conhecimento.

Estaria, aí, justificada a grande importância dada às representações individuais acerca dos lugares, pois dela decorreria uma manifestação espacial que não poderia ser negligenciada.

Dessa forma, nesse trabalho, a leitura da paisagem (trabalho de campo) configura-se como principal metodologia de análise espacial do Vale do Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais.

A paisagem do Vale do Jequitinhonha e o exercício do olhar

Para a construção de significações da paisagem, partimos da experiência de campo como metodologia para desvendar significados da paisagem. Como recorte espacial foi escolhido o Vale do Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais (Figura 1).



Muitas pesquisas realizadas na região, mediante suas características econômicas, sociais e físicas, encerram uma imagem que a torna reconhecida como o vale da pobreza. Vale da pobreza, da fome, da miséria são denominações que se constituem como mito² e, como tal, não foram produzidas fortuitamente. Portanto, pelo exercício de interpretação da paisagem, outras imagens podem ser descortinadas – como a da riqueza, da cultura e da beleza. A imagem construída é dependente do olhar, e nesse sentido, aprendemos com Burton (1976):

Há viajantes que se queixam de sua monotonia, mas isso depende do viajante. Como no deserto arábico, os objetos são poucos, exceto para os que saibam onde encontrá-los e olhá-los. E não há coisa alguma indigna de ser vista nas longas ondulações do terreno, manchados, aqui e ali, pelos frutos amarelos do juazeiro, os matos escuros nos pontos baixos e a descida gradual do fundo até perder-se em um horizonte azul mais puro (BURTON, 1976, p. 262).

² Na concepção de Barthes (2001), o mito não nega coisa alguma, entretanto, deforma. Utiliza fatos retirados da história, mas os purifica, inocenta-os e os apresentam como naturais ou como *essência*. Neste sentido, busca-se desconstruir a *naturalização* da pobreza do Vale do Jequitinhonha.

A interpretação é realizada pelo observador/pesquisador. As impressões e a rede de significações criadas são próprias das experiências de quem observa e pesquisa. No entanto, as impressões do observador são influenciadas pelas impressões de outros, quando das discussões e contribuições que se delinearam ao longo da investigação. Esses outros são pessoas envolvidas no ambiente da pesquisa, todas as pessoas que, no nosso universo de apreensão, estão concentradas na causa do Jequitinhonha, dentro ou fora de um Projeto formal. São também, e, sobretudo, a gente do Vale, pois certamente é a partir delas, que esboçamos a rede de significação dos significantes.

Como um texto, a paisagem é desvendada em uma atitude interpretativa, para além do que se apresenta de imediato. A análise é assessorada por um olhar não-somente *físico e orgânico*³, mas por um olhar que se confunde com as redes de codificação e interpretação às quais está submetido. Segundo Ronai (1976:139). "... o olhar não é somente o exercício de um sentido (a visão); é também produção de sentido (significação)".

Anuncia-se, assim, um recorte teórico que sustenta a interpretação: a *Ciência dos Signos*⁴. Buscamos com ela o apoio para melhor compreendermos os processos que atuam na significação atribuída pelos homens às entidades que os rodeiam: *os signos*. No domínio da Semiótica, um signo é *alguma coisa que está para outra*⁵ ou que tem o poder de representar outra. A condição de existência sígnica não é definida somente por um objeto, mas por uma função - a função sígnica – uma vez que envolve, pelo menos, três elementos: o significante, o significado e o intérprete. Embora com possíveis divergências com os conceitos da semiótica, qualificamos o significante como a forma material, sensível; o significado como o valor atribuído por alguém ao significante e o intérprete, quem conecta o significante ao significado. Um signo completo apresenta essas três entidades.

Partindo da paisagem do Vale do Jequitinhonha, o corpo do texto é construído à medida que desvendamos os atos de interação entre o homem do Vale do Jequitinhonha e os significantes presentes na paisagem. Os significantes serviram-nos de ponto de partida para interpretar a paisagem do Vale do Jequitinhonha. Simples e aparentemente restritos em significados, permitiram-nos desenvolver uma rede de significações, mediante o ato interpretativo de ultrapassar o significado primeiro para alcançar os significados ocultos.

³ Expressão de Hissa (2002).

⁴ Semiologia e Semiótica são também outras denominações para o campo de pesquisa dos signos. Cada uma guarda características específicas. A semiologia é associada à linha lingüística saussureana e a semiótica, é associada à linha peirceana. Entretanto, em 1969, a Associação Internacional de Semiótica passou a considerá-las equivalentes (Eco, 1980)

⁵ Para dar conta desse enunciado, que é uma condição de existência dos signos, os semióticos elaboraram uma extensa gama de categorias que, em muitos casos, não apresentam o mesmo sentido entre os autores. No nosso caso, vamos nos limitar aos significantes e aos significados dos signos.

Os significantes selecionados para serem interpretados na intenção de desvendar os signos da paisagem do Vale do Jequitinhonha são: o rio Jequitinhonha, as formas de relevo, as marcas da aridez e o barro. Não obstante à existência de outros significantes de mesma relevância, escolhemos estes por terem grande caráter identitário da região e por se inter-relacionarem.

Os significados que atribuímos aos significantes possivelmente não são os mesmos que o homem do Vale do Jequitinhonha conferiria. Não obstante, foram atribuídos pelo pesquisador/observador, a partir do momento em que ele incidiu o *seu* olhar para o homem do Vale e para o contexto em que esse homem se insere. Pelo contexto histórico-espacial que acolhe os significantes, os conteúdos foram atribuídos às formas, e não por uma simples instituição arbitrária. Diríamos que os signos que surgiram na interpretação não se trata de signos naturais, pois não foram emitidos somente pela natureza, de forma não-intencional. Tampouco se tratam de signos artificiais, pois não surgiram de uma imposição, determinada por um código, embora a mediação de um código (ou códigos) se fez presente. O processo de significação ocorreu no momento em que *algo* materialmente presente, sensível à percepção do pesquisador, estava para *outros*, mediado pelos códigos reconhecidos e/ou privilegiados, como os códigos geográficos e o contexto sócio-espacial.

Ao final da interpretação de cada significante, construímos uma figura que exemplifica as idéias desenvolvidas e que representa parte do signo revelado. (Figura 2). Cada figura representa um signo da paisagem do Vale do Jequitinhonha que insurgiu da interpretação. No centro, temos o(s) significante(s) e ao redor dele(s), temos alguns significados atribuídos pelo intérprete/pesquisador. As fotografias e as imagens ilustram os significados. O conjunto de elementos da figura constitui uma representação do signo da paisagem, pois, como já discutido, o signo é composto por uma relação de três elementos: o significante, o significado e o intérprete. O círculo que envolve o conjunto é pontilhado para sugerir que o modelo não é o símbolo de uma verdade absoluta. É somente a verdade de quem realizou a interpretação, num determinado momento, pois um signo não é estático, é constantemente revisto em função da alteração dos elementos que entram e que saem do processo da interpretação.

O grande rio Perene: O RIO JEQUITINHONHA

A fase significativa do rio Jequitinhonha consiste no curso d'água perene que nasce no município de Serro, território mineiro, próximo à localidade de Capivari, no sopé do Morro Redondo. Nasce na serra do espinhaço meridional a uma altitude de 1200m e se estende por 1086km até desaguar no oceano Atlântico, na costa do município de Belmonte, no estado da Bahia.

A revelação de um rio como signo da paisagem ocorre na medida em que se desvenda a interação entre ele e o seu povo, onde se interpenetram as funções econômica, social, cultural e simbólica. Assim, mais do que um veio de águas perenes que atravessa o

nordeste de Minas Gerais, o RIO JEQUITINHONHA é um signo da paisagem. Além de representar o principal agente de transformação do relevo, participa intensamente da transformação da *paisagem*. Na interação com o homem, o Jequitinhonha vale-se como rota de transporte; como abrigo de riquezas minerais; como fonte de alimentos, de água para consumo e irrigação; como fonte de energia hidroelétrica; como meio de lazer e como fonte de inspiração artística.

As marcas da interação foram (e ainda são) acolhidas pelo rio, formando os significantes sensíveis à percepção de um observador. A análise do rio Jequitinhonha permite-nos compreender que não é somente o homem do Jequitinhonha que conta à história do seu rio, mas é também o rio que narra a vida do seu povo.

Formas do relevo: AS SERRAS DO ESPINHAÇO, AS CHAPADAS, OS PONTÕES

Na bacia do Jequitinhonha, a diversidade do substrato geológico e os processos de dissecação fluvial esculpiram variadas formas de relevo. Dentre elas, destacam-se áreas extensamente planas, afloramentos rochosos alcantilados e domos elevados. Esses terrenos de fisionomias peculiares interpõem-se entre as planícies, as depressões topográficas e os planaltos dissecados.

As formas do relevo são entidades facilmente percebidas e diferenciadas pela visão. Sendo assim, e pela tradição visual que envolveu o significado de paisagem, as formas do relevo são espontaneamente consideradas a própria paisagem. Entretanto, a diferenciação primeira obtida pela forma não é suficiente para caracterizar uma paisagem e constituir-se um signo dela. As formas tornam-se signos quando compreendemos o que anunciam e refletem para as atividades humanas nelas inseridas ou emolduras por elas. Alguns exemplos sobre o que as formas do relevo anunciam quando interpretamos os seus significados são: a diversidade litológica, a riqueza mineral, o fator orográfico do clima, o espetáculo visual, a presença de água, a vocação econômica regional, a diversidade vegetal e a ocupação regional.

Marcas da aridez: A ARIDEZ

As condições adversas do clima não produzem, por si sós, características sociais insalubres. As elevadas temperaturas do ar, a intensa radiação solar, a baixa ocorrência de chuvas e a intensa evapotranspiração, como ocorre no Vale do Jequitinhonha produzem condições vantajosas à vida humana, favoráveis ao aproveitamento social e econômico.

Os significantes do clima árido, observado pela vegetação xerófila, pelas plantações cultivadas e pela salinidade dos solos, apresentam, como significado maior, a capacidade humana de se adaptar a situações aparentemente desfavoráveis do clima. A partir dele insurgem outros como a racionalização da água, a normatização do uso dos recursos

naturais, o aproveitamento e beneficiamento dos produtos da aridez, o uso da salinidade na pecuária, a vida coletiva, a percepção do caráter finito da água, entre outros.

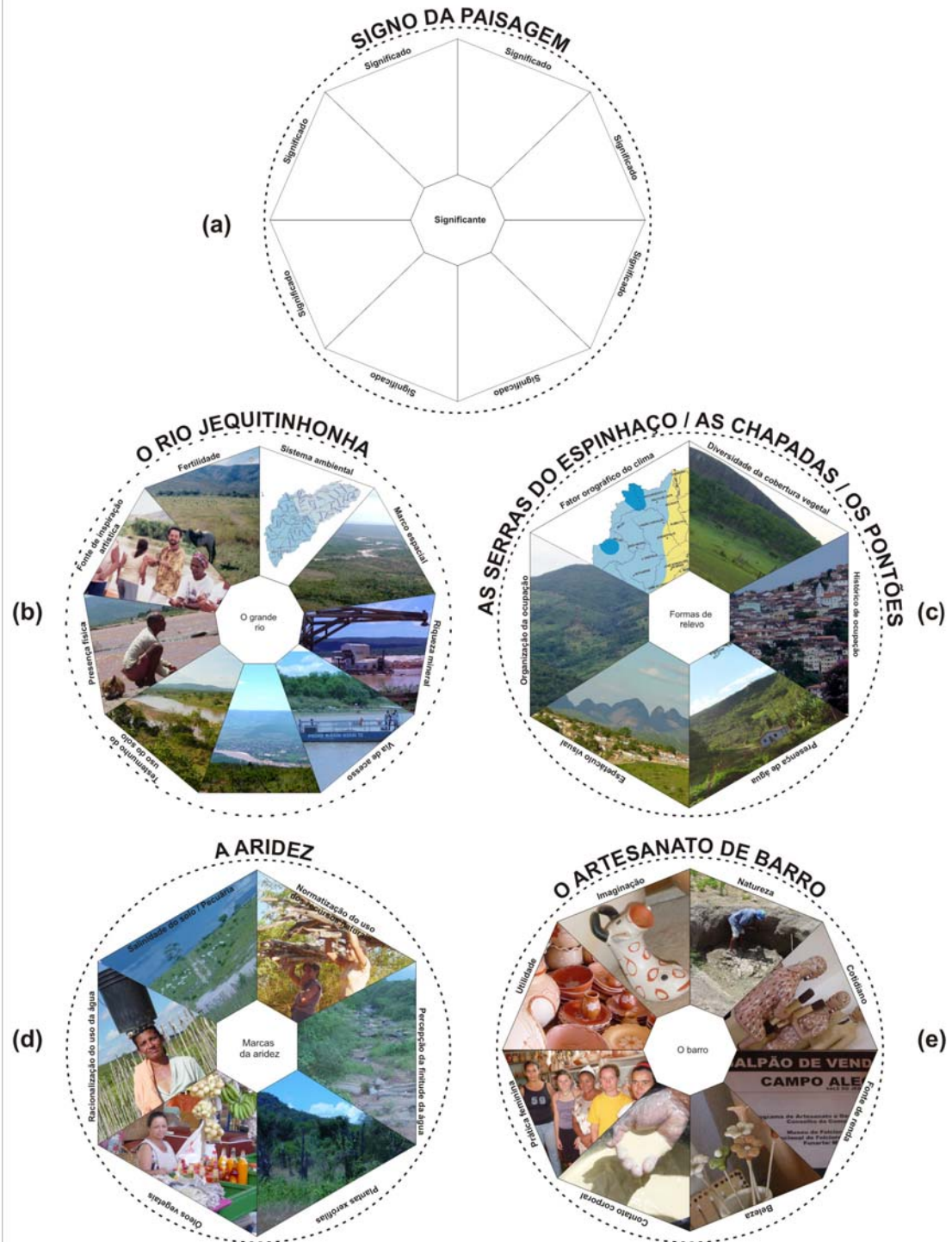
O barro: O ARTESANATO DE BARRO

O barro, entidade física e sensível, consiste tecnicamente no mineral argila - silicato de alumínio hidratado. Os feldspatos das rochas ígneas e metamórficas, quando hidratados, formam as argilas (Guerra, 1993). As argilas são encontradas predominantemente em depósitos aluviais, localizados nas calhas e nas margens dos cursos d'água. Visto que um signo consiste numa relação composta pelas partes significante, significado e intérprete, e que um signo da paisagem pressupõe, uma interação, o barro na forma descrita é somente a porção significante. O barro *in situ* sem ter sido tocado, retirado, nem visto, não evoca significados de uma paisagem.

Os processos, os símbolos, as funções e as relações que emanam do fazer a peça artesanal de barro, suscitam muitos significados. Quando ultrapassamos o sentido inicial do barro e a materialidade das peças, vemos que uma moringa, uma casinha, uma boneca, carregam, no mínimo, os significados da utilidade, da beleza, da sensação corporal, da possibilidade de renda, da vida cotidiana, da participação, da imaginação, do gênero feminino, da natureza, da técnica, da tradição, da alteridade e da identidade. Quando utilizado no artesanato, o barro adquire então, o caráter de signo e, no caso presente, um signo da paisagem do Vale do Jequitinhonha.

Figura 2

METODOLOGIA DE INTERPRETAÇÃO DA PAISAGEM



Autor: Patrícia de Sá Machado

Figura 2 – A figura representa o modelo conceitual desenvolvida para cada signo (a). No centro temos os significantes, que são os elementos concretos, presentes na paisagem, sensíveis e perceptíveis a um observador. Ao redor dele temos os significados que insurgem na medida em que interpretamos a interação entre os significantes e o homem da região, por meio dos códigos geográficos e do contexto regional. A partir do momento em que conseguimos vincular os significantes aos significados, alcançamos os signos da paisagem, que anunciam, informam e divulgam peculiaridades da região (a, b, c, d). O círculo que envolve a figura é pontilhado para sugerir que a figura não é o modelo de uma verdade absoluta, mas é a interpretação realizada pelo pesquisador, num determinado momento, e filtrada pelos seus interesses de associar os elementos físicos e simbólicos da paisagem. Na medida em que outras variáveis entram no processo de interpretação, a figura pode sofrer alterações.

Considerações Finais

A interpretação da paisagem, desencadeada por uma função sógnica na prática de campo, constituiu o tema central desse artigo. A importância do referencial teórico sobre os objetos de investigação e a certeza das influências de códigos sobre o observador, também são elementos fundamentais dessa reflexão. Como exemplo, interpretamos a paisagem do Vale do Jequitinhonha como forma de subsidiar as discussões suscitadas.

Muitas pesquisas realizadas na região, mediante suas características econômicas, sociais e físicas, encerram uma imagem que a torna conhecida como o *vale da pobreza*. Vale da *pobreza*, da *fome*, da *miséria* são denominações que se constituem como um *mito* e, como tal, não foram adquiridas fortuitamente. Entretanto, em um processo de interpretação de significantes, desvendou-se outras características capazes de criar imagens da *riqueza*, da *cultura* e da *beleza*.

A pobreza do Vale do Jequitinhonha se limita à dimensão sócio-econômica e não à existência de recursos naturais e culturais que, ao contrário, existem em abundância na região. A excessiva utilização do mito da pobreza, muitas vezes, mais legítima discursos políticos (ou de políticos) do que contribui de fato, para uma mudança do quadro.

Do alto ao médio Vale do Jequitinhonha, a natureza nos mostra a diversidade: áreas serranas, rebaixadas, aplainadas, afloramentos de rocha, solos profundos, pedras preciosas, campo, cerrado, caatinga, floresta, aridez, umidade. O que a natureza ofereceu, o povo do Vale do Jequitinhonha transformou em cultura, apresentando-nos outra face da diversidade regional: cachaça; farinha; rapadura; carne-de-sol; artesanato de barro, de fibra, de madeira, de algodão, de couro; música; folclore; religiosidade; coletividade. Vemos, de forma ampliada, que caminhamos para reconhecer, no Vale do Jequitinhonha, a existência de condições próprias de desenvolvimento social e econômico. E este reconhecimento se baseia nas características da própria paisagem, onde se encontrava o *eldorado* de outrora, na época do seu povoamento, representado pela riqueza mineral, mas também o *eldorado* de hoje, representado pelos significados da paisagem.

Essa pesquisa abre caminhos para maiores discussões acerca do trabalho de campo e as possibilidades de interpretação da paisagem. Espera-se que esta seja uma contribuição, ainda que embrionária, para maiores desenvolvimentos e discussões que permitam alargar a compreensão do papel do trabalho de campo na produção do conhecimento geográfico.

Referência Bibliográficas

BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro ao Morro Velho*. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / USP, 1976.

- ECO, U. *Tratado Geral de Semiologia* São Paulo: Perspectiva, 1980.
- GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia e modernidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- GUERRA, A.T. *Dicionário geológico, geomorfológico*. 8ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.
- HISSA, C. E.V. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- HISSA, Cássio Eduardo Viana; OLIVEIRA, Janete Regina de. *O trabalho de campo na tradição geográfica e sua realização na escola básica*. Encontro Nacional De Prática De Ensino De Geografia, 7., 2003, Vitória. *Anais...* Vitória: UFES, 2003. p. 714-720.
- LACOSTE, Yves. *Pesquisa e trabalho de campo. Seleção de textos: teoria e método*, São Paulo, n. 11, p. 1-23, 1985.
- MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.). *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *A gênese da geografia moderna*. 2. ed. São Paulo: HUCITEC/Annablume, 2002.
- RONAI, M. *Paysages In: Herodote*, n.1. 1976. p.125-159.
- ROUANET, Sérgio Paulo. *O olhar iluminista*. In: NOVAES, Adauto (Org.). *O Olhar*. São Paulo: Cia. das Letras 1988. p. 125-148.
- ROUGERIE, Gabriel. *Geografia das paisagens*. São Paulo: DIFEL, 1971.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica à geografia a uma geografia crítica*. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.